

O PATRIARCADO (AINDA) NÃO MORREU: RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NA COZINHA DOMÉSTICA

FELIPE GOUVÊA PENA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
felipegouveap@hotmail.com

LUIZ ALEX SILVA SARAIVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
saraiva@face.ufmg.br

ALEXANDRE DE PÁDUA CARRIERI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
aguiar.paduacARRIERI@terra.com.br

O PATRIARCADO (AINDA) NÃO MORREU: RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NA COZINHA DOMÉSTICA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A discussão do espaço público e do espaço privado historicamente destinou à mulher a responsabilidade pela esfera do ambiente doméstico, conforme Guiraldelli (2012). O cuidado da casa, principalmente em famílias menos abastadas, sempre foi instituído como encargo da mulher. Também em residências de maior poder aquisitivo, o “zelo” pela moradia era atribuição feminina, mesmo que, nesse caso, fossem as empregadas domésticas as responsáveis. A acepção da separação entre “família e política”, ou mesmo “público e privado”, somente pode ser observada criticamente após se tomar conhecimento do contrato sexual (PATEMAN, 1988). Conforme esta autora, enquanto o contrato social sugere uma história de liberdade, o sexual indica um contexto de sujeição da mulher ao homem. Por isso ele não contrapõe o patriarcado, servindo à manutenção de práticas patriarcais. O contrato sexual estabelecido em uma sociedade machista normalmente será silenciado e jogado no campo da naturalização. Para Ribeiro e Hanashiro (2016) essa relação de subordinação é como se o homem representasse o burguês e a mulher, o proletário. A “igualdade social efetiva” entre mulheres e homens apenas se manifestará no momento em que, por lei, ambos tiverem assegurados direitos análogos. Todavia, a igualdade jurídica é insuficiente se for mantida a noção de que a consciência do dominante é o pensamento que deve preponderar.

Ao discorrer sobre o trabalho doméstico, Freitas (2012) afirma que ele ainda vai continuar por muito tempo sob a responsabilidade das mulheres. Enquanto os homens não perceberem que os filhos e os pais velhos também são de sua responsabilidade, e que a vida profissional dos dois não diz respeito apenas a um equilíbrio financeiro, mas a um equilíbrio da relação, as tarefas de casa continuarão sendo atribuídas às mulheres, sejam elas donas de casa ou empregadas domésticas (FREITAS, 2012). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho contribui para a manutenção de estereótipos machistas, como o de que a cozinha doméstica é uma obrigação feminina no cotidiano das residências familiares. Nesse artigo se assume o caráter organizacional da cozinha doméstica, dado que há trabalho, doméstico, mesmo que muitas vezes não seja reconhecido como tal, relações de sexo, e dinâmicas de poder e patriarcado, que qualificam a cozinha no âmbito dos Estudos Organizacionais.

Barbosa (2012) traz à baila algumas reflexões pertinentes a essa discussão. Expressões preconceituosas como as de que “lugar de mulher é na cozinha” e que “mulher esquenta a barriga no fogão e esfria no tanque” ilustram o imaginário discriminatório de grande parte da sociedade. Hoje, no mínimo, tais expressões tendem a gerar incômodo em boa parte da população, principalmente nas agredidas por tais declarações misóginas, as mulheres. Vale perguntar: “serão essas afirmações ainda válidas fora do âmbito da brincadeira? Ou serão reminiscências de um tempo que já deixamos para trás?” (BARBOSA, 2012, p. 171).

Este estudo foi estruturado à luz dos pressupostos de Anne-Marie Devreux e Heleieth Saffioti, pesquisadoras que contribuíram para os debates sobre relações sociais de sexo e patriarcado, respectivamente. Adota-se a linha de argumentação de Devreux (2005) que assume relações sociais de sexo em detrimento do termo “relações de gênero”, pois se entende que a primeira classificação social dos indivíduos, desde o momento nascimento, está referenciada na dimensão do sexo. Portanto, é preciso problematizar a partir do critério inicial de hierarquização dos sujeitos. Conjugado à adoção da expressão relações sociais de sexo, recorre-se ao termo patriarcado para observar como em uma sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013), a cozinha doméstica sempre foi demarcado como um espaço da mulher.

Com a pretensão de tratar de tais questões, este artigo tem como objetivo principal analisar a permanência do patriarcado – enquanto forma de dominação – nos discursos de mulheres e homens tendo como referência o espaço da cozinha doméstica. Para tanto, foi feito um estudo qualitativo, baseado em 17 entrevistas com empregadas domésticas, donas de casa, patroas e patrões, considerando todos como sujeitos ativos na construção deste debate. Além dessa breve contextualização, o artigo é organizado em outras quatro seções: primeiramente, uma discussão sobre patriarcado e as relações sociais de sexo; em seguida, a exposição da metodologia, seguida pela análise dos resultados; por fim, as considerações finais.

AS FACES DO PATRIARCADO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Em diversas sociedades a disparidade de acesso ao poder entre os grupos masculino e feminino produziu um sistema de subordinação das mulheres, nos âmbitos público e privado. Essas interações sociais não são apenas diferenças, são verdadeiras assimetrias, pois expressam por meio de hierarquias, relações de poder (NEVES, 2013). As mulheres são oprimidas e dominadas em diferentes contextos não apenas por pertencerem a uma classe social, como o operariado, mas por estarem inclusas em uma categoria de sexo. Para Ribeiro e Hanashiro (2016, p. 96), não é somente por meio das práticas materiais que os homens alcançam a manutenção de sua base de dominação, mas, também, pelas práticas simbólicas: “aquilo que a sociedade tem em mente também contribui para a manutenção desse *status quo*, seja na própria família ou no trabalho”. Pateman (2010) destaca que, para falar sobre essa dinâmica de poder, é fundamental contextualizar as relações de privilégio, dominação e subordinação. Quem detém poder jamais “cederá” a sua posição, especialmente quando se reflete sobre o poder masculino, que se estende da vida cotidiana e familiar até as áreas mais singulares da individualidade, favorecendo com que cada homem, mesmo que em diferentes instâncias, usufrua os privilégios da masculinidade (PATEMAN, 2010).

Saffioti (2013) chama a atenção para o fato de que, independente da abordagem que se trabalhe as relações entre mulheres e homens, seja esta interação denominada de relações de gêneros ou de relações sociais de sexo, há uma convergência, mesmo que breve, no que se entende por construção social do feminino e do masculino. Nesses termos, entende-se, a partir de Devreux (2005), que a dominação simbólica e material, a opressão física e mental, e a dinâmica de exploração do trabalho entre as classes, em uma perspectiva marxista, sugerem que, antes de qualquer análise, os olhares estejam voltados para as relações sociais estabelecidas entre as classes de sexo. O uso do termo “gênero” possibilitou com que as autoras francesas fossem percebidas como menos “feministas”, termo que remetia a uma ideia de agressividade nos discursos machistas (DEVREUX, 2005). Porém, os trabalhos avançaram e trouxeram vigor ao pensamento sociológico ao enfatizar a dinâmica das relações sociais entre homens e mulheres. O conceito de “relação social de sexo” se firmou aos poucos como um instrumento de análise, representando a síntese teórica dessas “múltiplas dimensões da dominação masculina. No singular, é uma representação científica que traduz a unicidade da lógica da organização do social que constitui essa dominação das mulheres pelos homens e a irredutibilidade dessa dominação a outra relação social” (DEVREUX, 2005, p. 565).

Destarte, a temática do patriarcado ganha relevância. Conforme Piscitelli (2008), há distintas maneiras de se conceber o patriarcado, mesmo que ele sempre seja tomado como um típico sistema de dominação masculina. A partir disso, ela expõe quais seriam essas formas à luz das correntes feministas radicais e socialistas, respectivamente. Para as feministas radicais, a “disseminação da ideia de Patriarcado como sistemas de opressão presentes ao longo do tempo e mediante as culturas, implicando que, universalmente, as mulheres compartilham uma realidade separada dos homens”. Já na perspectiva feminista socialista, o patriarcado assume “uma dimensão histórica (variando no tempo) e uma base material,

intimamente ligado aos modos de produção e reprodução – embora sua existência em modos de produção muito diferentes evoque os pressupostos radicais sobre a dominação masculina transitória” (PISCITELLI, 2008, p. 264). Assume-se neste artigo que “o patriarcado é o sistema de subordinação das mulheres aos homens nas sociedades industriais contemporâneas, e tem por base econômica o modo de produção doméstica (que trata das obrigações familiares)”. O controle do exercício das obrigações no âmbito familiar pode ser entendido como o meio e a causa da exploração material a que as mulheres estão sujeitas (RIBEIRO; HANASHIRO, 2016, p. 106). O patriarcado parece anteceder ao capitalismo, existindo nos moldes atuais, em certo sentido, interior ou paralelamente, ou talvez em complemento, às relações capitalistas (PATEMAN, 1988).

De acordo com Pateman (1988), algumas das explicações feministas mais influentes sobre a relação entre as duas configurações sociais alicerçam seu argumento na estrutura dual do patriarcado e do capitalismo, que poderiam até ser vistos como sistemas autônomos. Em algumas ocasiões, o patriarcado poderia ser observado como uma espécie de estrutura ideológica e psicológica; em outras, como um conjunto de relações sociais de cunho material, um pouco distintas das relações sociais capitalistas. Porém, o fato é que mesmo considerando os sistemas autônomos, ambos estão entrelaçados. Ao protagonizarem o mais antigo regime de dominação, os homens terminam por ocupar os espaços de maior poder em uma sociedade. Esse sistema expressa diversas ramificações nos processos sociais, a partir da relação dialética de dominação e subordinação. Paralelamente, ele é reforçado pelo capitalismo na medida em que vigora uma dinâmica de dominação, manifesta em campos ideológicos, políticos e, por consequência, econômicos. Assim, homens e mulheres tendem a assumir e se posicionar em espaços específicos dentro desse sistema ainda vivo na sociedade brasileira (CHIES, 2010).

Na acepção de Saffioti (2004), mesmo diante dos discursos de igualdade e dos avanços femininos na área profissional, na representação no parlamento e em vários outros postos políticos, a “base material” do patriarcado nunca foi desconstruída por completo. A “dominação-exploração” deve ser percebida como um único fenômeno, mas que possui duas faces. A base econômica não está refletida apenas no balizamento da discriminação salarial, ocupacional e a marginalização de posições político deliberativas, mas também no controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher. Convém lembrar que o patriarcado serve especificamente ao interesse de um grupo social que goza de diversos privilégios e se autodenomina superior. No sistema patriarcal, o sexismo não é apenas um tipo de preconceito; é também um mecanismo de poder operar conforme suas prerrogativas. Em outros termos, os “preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada” (SAFFIOTI, 2004, p. 123).

No final do Século XX, diante da conjuntura socioeconômica, as mulheres eram consideradas de duas formas: em um primeiro momento como operárias, niveladas às crianças em um trabalho muito próximo de condições escravas; e como uma mão de obra não remunerada nos núcleos familiares (RIBEIRO; HANASHIRO, 2016), apresentando uma clara divisão sexual do trabalho. Segundo Barbosa (2012, p. 179) tal divisão é uma construção cultural fruto de uma ideologia patriarcal de superioridade masculina que havia “aprisionado as mulheres nas funções ligadas à reprodução física e social do grupo familiar, impedindo-as de desenvolverem e descobrirem as suas verdadeiras potencialidades e competências tanto na esfera pública como na sociedade civil”.

Para Hirata e Kergoat (2007), a gênese do conceito de divisão sexual do trabalho está atrelada ao momento em que se tomou consciência da opressão às mulheres na esfera do trabalho. Torna-se então explícito que as mulheres desenvolviam uma grande quantidade de tarefas não remuneradas, que esse trabalho era “invisível” e que a sua realização não estava relacionada a um benefício próprio, mas a terceiros. As autoras ilustram esse período com

trechos de um dos primeiros jornais franceses de cunho feminista, o *Le Torchon Brûlé* – expressão francesa que pode ser entendida como “a coisa está feia” ou “o tempo fechou” – em que a denúncia era estampada em duas frentes: a expressão “estamos cheias” era recorrente para expressar que não era mais possível destinar uma série de atividades de trabalho às mulheres, compreendendo aquilo tudo como natural e atribuição apenas delas; como também não era mais aceitável atribuir uma invisibilidade e desvalorização ao trabalho doméstico.

Ribeiro e Hanashiro (2016) dizem que a divisão do trabalho se desenvolve a partir de uma “consciência relacional” que é proporcionada pelo crescimento da necessidade e da própria necessidade, mesmo que inconsciente, de aumentar a produtividade e operar uma divisão material e intelectual do trabalho. O anseio por tal divisão e sua efetivação, afeta diretamente o conjunto de relações estabelecidas no âmbito privado (doméstico) e no público (profissional). Tal dinâmica evidencia duas faces de uma única moeda (produção e reprodução), e por isso deve ser analisada com maior profundidade. Corroborando as autoras, Graff e Coutinho (2012) reafirmam que a divisão sexual do trabalho, perpetrada nas relações de desigualdade entre homens e mulheres, permitiu a criação de estereótipos sobre os gêneros como o entendimento de “virilidades” e feminilidades que terminam por evidenciar um processo de controle da força produtiva. Nos espaços sociais de trabalho, o procedimento de destinar determinadas tarefas aos “homens” e às “mulheres” não considera as especificidades dos trabalhos, apenas remonta um modelo de segregação e perpetuação de padrões normativos conforme o sexo (GRAF; COUTINHO, 2012).

A categorização operada por meio das relações sociais de sexo objetiva taxar as demarcações sociais, como por exemplo “estabelecer o que é um homem e o que é uma mulher; estabelecer o que é o trabalho e o que não é; o que é produção e o que não o é. Estabelecer, também, o que é normal para uma mulher e o que não o é; estabelecer o que é possível e o que não o é para uma mulher”, e estabelecer o que é socialmente aceitável. Tal categorização é assimétrica, uma vez que a posição dos homens, enquanto dominantes, dispensa descrever o que é o masculino, já que é a norma de referência (DEVREUX, 2005, p. 569).

Para Davis (2016), mesmo que as condições sociais da classe média e da burguesia fossem as raízes para a instituição das “donas de casa”, a ideologia presente no Século XIX estabeleceu essa personagem e a figura da mãe como modelos universais do “ser mulher”. As inúmeras veiculações midiáticas indicavam a vocação de todas as mulheres para os papéis a serem exercidos no lar. As mulheres que declinavam um pouco desse estereótipo e trabalham mediante a um salário eram vistas como seres estranhos em um mundo de masculinidades da economia pública. Portanto, fora do seu “habitat” natural, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras por completo, favorecendo para que o sexismo viesse à tona como uma mina de sobrelucro aos capitalistas (DAVIS, 2016).

Hirata (1997) pontua que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres contribuiu maciçamente para a reprodução da sociedade, mesmo que ele ainda seja classificado como inatividade econômica. Saffioti (2013) afirma que é errôneo não perceber como esse sistema funciona como “mecanismos coadjuvantes” da efetivação histórica do modelo capitalista de produção. As mulheres são as primeiras a sofrer com o “paradoxo crescimento do emprego feminino num contexto de crise: menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumulando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos possíveis sobre a saúde”, além de um tempo social reduzido (HIRATA, 1997, p. 19).

Pateman (1988) já alertava que a tentativa medíocre de determinar quais seriam as “aptidões naturais puras” dos sujeitos estará sempre fadada a ser um ato falho, pois o que resta, se o ensaio for suficientemente coerente, é a constituição de um ser pensante, no âmbito biológico e psicológico, e não um ser humano. De acordo Hirata e Kergoat (2007), essa divisão social do trabalho pode ser compreendida a partir de dois princípios organizadores: o

da separação e o hierárquico. No primeiro é definido que, *a priori*, existem trabalhos para homens e outros para mulheres, ao passo que, no segundo, a atividade do homem tem mais valor do que a da mulher. Portanto, há de se entender que as relações sociais são similares e tendem a se espelhar nas tensões que estão impregnadas no mundo social.

Quando se admite a existência das relações específicas entre homens e mulheres, admite-se também que há o estabelecimento de práticas sociais diferentes de acordo com cada sexo. Essas práticas sociais ecoam o modo de “apreensão do concreto”, isto é, elucidam a capacidade que cada ator social possui de agir e transformar uma dada realidade. Tal definição de prática é primordial, pois possibilita ir do abstrato ao concreto, não fixa os indivíduos como meros produtos das relações sociais, e suscita pensar de modo simultâneo o material e o simbólico, afinal assim é possível restaurar aos sujeitos o real sentido de suas práticas cotidianas (RIBEIRO; HANASHIRO, 2016).

METODOLOGIA

Diante do objetivo geral apresentado, a investigação se enquadra em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. Portanto, trata-se de um estudo não mensurável e de análise subjetiva. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela realização de entrevistas individuais semiestruturadas em profundidade. Segundo Thiollent (1987) esse tipo de entrevista é uma estratégia capaz de aproximar o pesquisador do universo cultural dos pesquisados. Dessa forma, o entrevistador, por meio de um roteiro, pode suscitar concepções e opiniões dos participantes (CRESWELL, 2010), sem limitar a entrevista apenas a questões estruturais. Assim, foram construídos roteiros de entrevista específicos para cada grupo de sujeitos. Foram realizadas 17 entrevistas com empregadas domésticas, donas de casa, patroas e patrões. Considerou-se que esses grupos de sujeitos presenciaram mudanças no âmbito da cozinha, mesmo que de formas distintas. Assumiu-se que esses indivíduos poderiam discorrer sobre a dinâmica das relações sociais de sexo no espaço da cozinha doméstica, particularmente sobre cozinhar, em diferentes perspectivas. Apresentamos no quadro 1, o perfil dos sujeitos da pesquisa.

Nome	Idade	Escolaridade	Grupo
Bruna	41 anos	Ensino Médio incompleto	Empregadas domésticas
Michelle	59 anos	Não estudou	Empregadas domésticas
Fernanda	48 anos	Ensino Médio	Empregadas domésticas
Jussara	51 anos	Ensino Fundamental incompleto	Empregadas domésticas
Teresa	38 anos	Ensino Médio	Empregadas domésticas
Joana	28 anos	Ensino Médio	Empregadas domésticas
Henrique	48 anos	Ensino Superior	Patrões
Lucas	42 anos	Ensino Superior	Patrões
Fernando	61 anos	Ensino Superior	Patrões
Jorge	48 anos	Ensino Superior	Patrões
Flávia	29 anos	Ensino Superior	Patrões
Juliana	69 anos	Ensino Superior	Patrões
Luiza	36 anos	Ensino Superior	Patrões
Isadora	54 anos	Ensino Superior	Patrões
Judite	67 anos	Ensino Superior	Donas de casa
Alice	35 anos	Ensino Médio	Donas de casa
Mônica	69 anos	Ensino Médio	Donas de casa

Quadro 1 – Perfil dos sujeitos de pesquisa

Fonte – Dados da pesquisa.

Optou-se por trabalhar com empregadas domésticas com carteira assinada, pois estas profissionais poderiam evidenciar um conjunto de relações sociais estabelecidas no contexto

privado. Independente do fato de trabalhar ou não fora de casa, as donas de casa entrevistadas foram alocadas nesse grupo a partir de duas questões básicas: cozinhar em suas residências e não contar com o apoio de uma empregada. Já os patrões foram escolhidos em função de terem uma trabalhadora doméstica em sua residência que cozinhasse. É importante destacar que todas as empregadas domésticas trabalhavam em casas de família de classe média alta de Belo Horizonte, e que todos os patrões pertenciam a essa classe econômica. Dadas as limitações objetivas de espaço, foram selecionados nas entrevistas os trechos mais relevantes para o propósito do artigo, apresentados como fragmentos discursivos das entrevistas originais. Em cada fragmento foi feita a identificação dos sujeitos com nome, idade e grupo de referência. Todos os trechos especificamente usados foram sublinhados. Todos os nomes usados no artigo são fictícios. A duração média das entrevistas foi de 40 minutos.

Para o tratamento dos enunciados dos fragmentos discursivos foi adotada a análise do discurso na vertente francesa. Essa perspectiva se concentra em aspectos estruturais do discurso, associando-os a um contexto mais amplo, e a grupos de referência. Assim, embora o sujeito enuncie individualmente o discurso, ele fala a partir de um lugar social o qual é responsável pela produção de um discurso que é sempre social. Isso é adequado para a problematização do patriarcado como um fenômeno que transcende os homens enquanto produtores do discurso. Além disso, como há outros grupos como donas de casa e empregadas domésticas, essa abordagem permite perceber mudanças posições discursivas associadas aos distintos pertencimentos sociais. Partindo do pressuposto de que os sujeitos, ao enunciarem seus discursos, fazem uso de estratégias discursivas diversas, os procedimentos empregados para a análise do discurso neste artigo foram a: a) identificação de enunciados explícitos implícitos (subentendidos e pressupostos), bem como seus silenciamentos; b) análise lexical, na qual foram observados os léxicos e suas relações nos discursos; c) interdiscursividade, na qual se opõem discursos distintos; d) reflexão e refração linguísticas, que respectivamente mostram similaridades e diferenças do discurso em relação ao real; e e) a identificação de ideologias defendida e combatida nos fragmentos discursivos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico se inicia com um mapeamento das vivências dos sujeitos de pesquisa em relação à cozinha. As lembranças e as atividades cotidianas tendem a indicar o nível de satisfação que cada indivíduo possui em relação a algo, e isso não seria diferente ao se considerar o ato de cozinhar.

Cozinhar, de destino ao prazer ressignificado

(01) Eu amo cozinhar. Eu tinha sete anos e a minha mãe me levou para o fogão para fazer comida. Eu estava com 15 anos quando eu fui trabalhar em uma casa de família e eu vi que eu precisava aprender de qualquer maneira. (Tereza, 38 anos, empregada doméstica)

(02) A cozinha na minha vida é praticamente tudo, porque assim... Foi onde eu consegui ser o que eu sou hoje. Se eu tenho certa autonomia financeira, uma casa própria, um carro, eu tiro isso do meu trabalho na cozinha. (Fernanda, 48 anos, empregada doméstica)

(03) A minha família materna tem uma veia gastronômica, culinária muito grande. Então desde época da minha infância, quando ia muito para o interior, eu curtia quando eu via minhas tias fazendo as coisas, minha avó... (Fernando, 61 anos, patrão)

(04) A minha avó, sempre cozinhou muito bem, e a minha mãe, por consequência também, sempre cozinhou bem. E a minha mãe sempre... É... Os dois primeiros filhos foram homens, o terceiro foi uma mulher, mas veio muito depois. Então a minha mãe, por querer ter aquela filha para ensinar e não tinha então eu e meu irmão, nós dois acabamos indo pra dentro da cozinha. (Jorge, 48 anos, patrão)

O percurso semântico da cozinha como fonte de prazer pode ser visto nas falas de Tereza e Fernando, mas ela o assume enquanto tarefa e ele enquanto um serviço transferido a outras pessoas. Ao mesmo tempo, o discurso da subsistência fica nítido na exposição de Tereza e é corroborado por Fernanda, pois as duas relatam que aprenderam a cozinhar desde cedo, ficando explícito que essa não foi sua escolha. Tereza se viu obrigada a aprender a cozinhar, pois viria a executar essa atividade como doméstica. Fernanda segue no mesmo caminho, porém seu discurso é de resignação: “foi onde eu consegui ser o que eu sou hoje”. Linguisticamente a entrevistada reflete o trabalho doméstico, e simultaneamente refrata o peso de ser empregada doméstica na sua constituição enquanto sujeito.

A presença de figuras maternas cozinhando nas falas de Tereza, Fernanda, Fernando e Jorge reforçam a tese da naturalização da divisão sexual do trabalho e do papel da mulher no âmbito doméstico. Fernando e Jorge citam a mãe, as avós e as tias como primeiras fontes de inspiração. O interesse de todos pela cozinha doméstica se inicia cedo e se desenvolve com o passar do tempo. O que diferencia a posição de Tereza e Fernanda das colocações de Fernando e Jorge é que, ao contrário delas, eles explicitam prazer com a atividade – possivelmente por se tratar de algo pelo que puderam optar e eventualmente mudar de suas posições de espectadores ou de sujeitos de passagem pela cozinha. A divisão dos papéis é explícita na fala de Jorge “minha mãe, por querer ter aquela filha para ensinar e não tinha”, já que cozinha é lugar de mulher, um evidente sexismo, sustentado pela naturalização e manutenção de valores patriarcais.

Na infância se aprende que cozinha é lugar de mulher

(05) Eu comecei a cozinhar desde pequenininha, minha mãe sempre ensinou a gente um arroz, um feijão, uma verdura, uma carne, você tem que fazer... Aí, desde pequenininha, eu aprendi. (Alice, 35 anos, dona de casa)

(06) Ah eu gosto muito, sabe? Mas, igual eu falei, antes eu não gostava... Hoje não, hoje eu já gosto, invento muita coisa e os meninos gostam. Com o passar do tempo que eu fui trabalhando em casa de família eu fui aprendendo mais. Eu comecei a cozinhar com nove anos no fogão a lenha. (Bruna, 41 anos, empregada doméstica)

(07) Ah... Eu aprendi a cozinhar com a minha mãe, ela cozinhou muito bem. Sempre gostei de cozinhar. Acho que pra cozinhar é preciso amor, carinho... Eu acho que todas as pessoas podem cozinhar é... Na verdade... Poder eu acho que pode, mas tem muita gente que não gosta, né? (Jussara, 51 anos, empregada doméstica)

(08) Eu comecei a trabalhar como empregada aos 17 anos. Eu tinha vontade de começar a trabalhar e isso foi o mais fácil que eu achei é... E sempre fui criada, minha mãe me ensinou a fazer as coisas desde pequena. Era o melhor que eu sabia. A cozinha representa o que eu sei. (Joana, 28 anos, empregada doméstica)

(09) Eu acho que é diferente de para poder e para querer cozinhar... Para ter interesse de cozinhar... Acho que são coisas diferentes. Para você cozinhar hoje basta querer. Agora, eu acho que sobressai na cozinha, que tem uma grande vantagem, quem teve a oportunidade quando criança estar dentro da cozinha. Eu sempre tive ótimas cozinheiras na família. (Jorge, 48 anos, patrão)

As falas de Alice, Bruna, Jussara, Joana e Jorge corroboram as apresentadas anteriormente, reforçando a ligação da atividade ao aprendizado na infância. A figura maternal volta a ser colocada em destaque e todos assumem um papel de aprendizes, seja em função do laço familiar ou das vivências no local de trabalho. Todavia, o “aprender” de Jorge é diferente, amparado no prazer e não na obrigação. É possível perceber esse nível de distanciamento ao observar as falas “a cozinha representa o que eu sei” (Joana) e “eu sempre tive ótima cozinheiras na família” (Jorge). Ele toca em um ponto interessante que marca a diferença entre o prazer e o desprazer em cozinhar. Quando ele diz “é diferente de para poder e para querer cozinhar” sugere que se trata de uma escolha a ser feita, porém silencia sobre quais são as condições que podem levar o sujeito a poder escolher, principalmente se ele for mulher – e pobre. Observa-se reflexão linguística de que basta desejar para poder cozinhar, e uma refração a respeito de a quem é dado o poder de escolher. Há uma linha muito tênue entre um discurso pretensamente progressista e outro explicitamente sexista, pois não há como dizer que a obrigação cotidiana de cozinhar seja uma opção para algumas das entrevistadas, como pode ser visto nos fragmentos a seguir.

A naturalização da presença feminina da cozinha

(10) Nós temos uma secretária que cozinha todos os dias. Minha esposa não gosta de cozinhar, acho que é de família, a mãe dela também não gosta e aí... Opinião minha, se a criança não vê uma figura materna ou familiar na cozinha, ela não enxerga isso como natural. (Lucas, 42 anos, patrão)

(11) A minha mãe sempre cozinhou muito bem, a minha vó cozinhava, eu nunca tive muito interesse pela cozinha e a minha sogra cozinha maravilhosamente bem. E teve um determinado momento que ela... Ela me instigava para a culinária e eu tomei pânico disso. Aí eu falei que o meu negócio era misto quente, comida congelada e que não queria saber. E aí o meu interesse por culinária vem da ideia do diferente, eu acho que o meu pânico é aquela cozinha de todo dia, a obrigação, a obrigatoriedade de ter que fazer no cotidiano... aí eu acho isso chato. (Luiza, 36 anos, patroa)

O fragmento discursivo (10) ilustra muito do que foi dito até agora. Primeiramente ele afirma que a tarefa de cozinhar todos os dias fica para a “secretária”, uma vez que sua esposa não cozinha. Há a manutenção de discurso patriarcal, mas ele é pormenorizado. O termo “secretária” serve de eufemismo para algo que não se precisa esconder, mas que para ele parece soar como diminutivo, o fato de ser empregada doméstica. O patriarcado é explicitado ao afirmar que “se a criança não vê uma figura materna ou familiar na cozinha, ela não enxerga isso [cozinhar] como natural”. É a mulher, portanto, que torna “natural” o desejo da filha de aprender a cozinhar, o que deixa implícito subentendido certo nível de reprovação em relação à esposa. A questão aqui não está relacionada à possibilidade ou não de ir à cozinha, mas à associação que se faz do papel da mulher nessa atividade.

No fragmento discursivo (11), Luiza traz novamente o discurso da mulher na cozinha, ao citar sua mãe, sua avó e sua sogra. Ela assegura que essas personagens possuem certo talento para a cozinha, o que não era aparentemente o seu caso. Quando ela diz que a sogra “me instigava para a culinária e eu tomei pânico”, o discurso do contrato sexual pontuado por Pateman (1988) vem à tona, pois é um implícito pressuposto que é papel dela cozinhar para seu marido. Quando Luiza passou a ter uma empregada doméstica, passou a ter maior interesse pela cozinha, pois deixou de ser uma “obrigação”. Nota-se que, para ela, a liberdade para escolher quando cozinhar é um condicionante para o alcance da satisfação pessoal.

A resignação de cozinhar travestida de afetividade

(12) A partir do momento que meu marido não se importava de comer comida congelada... Eu relaxei. Sem aquela cobrança de 'nossa você não fez nada? Vai comprar tudo pronto?' Eu odiava isso. (Luiza, 36 anos, patroa)

(13) É o melhor lugarzinho da casa, né? Onde você prepara o alimento... É tudo de bom. A cozinha é onde você fica mais tempo dentro da sua casa: levanta de manhã é o café, depois o almoço, depois você prepara mais alguma coisa, é isso (Mônica, 69 anos, dona de casa)

(14) É muito complicado trabalhar fora e ainda ter que cuidar de casa, ainda ter que cuidar dos filhos quando chego... Às vezes o cansaço me vence e aí no outro dia eu já saio de casa cansada. Ainda tem a cozinha... Para cozinhar tem que gostar... Eu não sou muito de gostar de cozinhar não, mas eu cozinho. Às vezes você está cansada e tem que parar para fazer uma janta, bate um desânimo... Mas você não tem outra saída. (Alice, 35 anos, dona de casa)

(15) Teve uma época na minha casa que eu cozinhalva todos os dias, era frequente. Você fica o dia inteiro na cozinha. Você levanta, faz o café, a vitamina, você começa a preparar a comida, aí depois já prepara o lanche, uma nova comida para a noite... Direto na cozinha. Na cozinha eu me sinto muito inteira quando eu estou cozinhando, faz parte da minha da minha história e das mulheres da minha geração. Agora para os mais jovens é mais para quando querem relaxar. Cozinhar me dá a sensação de que eu sou útil... Me dá uma sensação de utilidade, porque a própria vida vai te limitando e cozinhar, hoje, faz com que eu me sinta importante, até para mim mesma. (Judite, 67 anos, dona de casa)

No fragmento discursivo (12) Luiza parece “agradecer” ao marido, por não se importar por comer comida congelada e, assim, permiti-la não cozinhar. A “benevolência” dele não disfarça que é dela a obrigação de cozinhar. Mônica reforça esta obrigação ao admitir que “é onde você fica mais tempo dentro da sua casa” – deixando claro que este “você” é mulher. Ela usa uma estratégia discursiva identificada pela análise lexical de empregar um diminutivo, “lugarzinho”, para associar a cozinha, onde ela tem de estar, a algo mais íntimo e pessoal – uma resignação travestida de afetividade, como se nada mais coubesse à mulher a não ser aceitar seu “destino” de ter de estar na cozinha para servir: então, que “ame o seu lugarzinho”. A cozinha é um espaço de relações, mas definida em função de sua obrigação e utilidade social. Alice, no fragmento discursivo (14), desabafou ao assumir que se sente cansada com a dinâmica de ter que trabalhar fora e dentro de casa, mas que “não tem outra saída”. Ela usa uma refração linguística ao tratar o acúmulo de tarefas como uma condição natural contra a qual não há nada o que fazer. Ela se submete a tal situação, não se insurgindo contra a manutenção das práticas de subordinação. A ideia de que a dona de casa seja remunerada por suas atividades está amparada na suposição, mais do que real, de que ela produz uma mercadoria tão valiosa quanto a que seu marido produz no âmbito público (DAVIS, 2016).

O fragmento discursivo (15) apresenta um discurso contraditório. Mesmo apresentando queixas quanto ao fato de ficar “o dia inteiro na cozinha”, Judite vê nesses serviços a possibilidade de se manter “útil”, isto é o trabalho doméstico é uma forma de se manter ativo. O implícito subentendido é que a aposentadoria justa pelos anos trabalhados é menos importante do que a contribuição compulsória pelo trabalho doméstico.

O “dom” feminino de servir

(16) Para a mulher brasileira tudo que você pensa ela está na cozinha. A mulher brasileira em qualquer lugar que vai, cozinha muito bem, é a melhor cozinha que existe. Como se fosse um dom. Os homens hoje cozinham cada vez mais, só que é

por gosto, porque necessidade eles não têm. Normalmente é a mulher que está cozinhando, então não tem necessidade. Meu marido mesmo às vezes fala: “hoje eu vou fazer um agrado para vocês e vou para a cozinha”, mas isso é só de vez em quando. Agora mesmo ele está de férias... Ele só fez comida no primeiro dia lá em casa. Ontem mesmo eu cheguei e ele veio me perguntar se eu tinha feito alguma coisa para ele comer. Eu não fiz, mas minha filha tinha feito. É errado homem na cozinha. É mulher que tem que ficar na cozinha. Assim... Você pensa em um homem na cozinha você pensa na bagunça que vai ter, eu acho errado. (Tereza, 38 anos, empregada doméstica)

(17) Parece que a mulher já tem um cantinho no cérebro que já está relacionado ao cozinhar. Tem umas partes da casa que ele se sente mais dona do que do casal. Tem coisas assim... A cozinha é minha, a garagem é sua, a varanda da área de serviço é minha, a varanda da frente é sua. Tem umas coisas que ainda fazem parte da mente das pessoas. É claro que hoje em dia a mulher está tentando trazer o homem para a casa toda, mas existem algumas questões tanto do homem, como da mulher. Por exemplo, “o que você está fazendo na cozinha? Você está me atrapalhando”, entendeu? Aí parece que o homem não tem que estar ali na cozinha. (Fernanda, 48 anos, empregada doméstica)

(18) O esteio da família é a mulher. E pensando nos ritos do almoço e do jantar, e que isso tem que acontecer dentro da cozinha ou próximo a ela, esse é um momento em que a matriarca coordena a casa. É o local onde ela vai sentar com o filho, onde ela vai dar carinho, o local onde ela vai xingar o marido e de onde tem que emanar as diretrizes da casa. (Henrique, 48 anos, patrão)

Os fragmentos discursivos (16), (17) e (18) são distintos, mas complementares. Tereza generaliza que “a mulher brasileira” está na cozinha, pois cozinha muito bem, “como se fosse um dom” – para servir. No mesmo sentido, Fernanda enuncia que “Parece que a mulher já tem um cantinho no cérebro que já está relacionado ao cozinhar”. Ela vai além, dividindo espacial, social e simbolicamente a casa: “A cozinha é minha, a garagem é sua, a varanda da área de serviço é minha, a varanda da frente é sua”. Cabem à mulher inequivocamente os espaços de trabalho doméstico, enquanto que ao homem cabe o lugar do automóvel – já que dirigir é coisa de homem – e a varanda, na qual se descansa. Como o homem não teria a “necessidade” de cozinhar, ela “não tem que estar ali na cozinha”, por ser “errado homem na cozinha” elas discursivamente contribuem para a manutenção do sistema patriarcal, naturalizando essa assimetria.

De uma forma explícita, Henrique usa a expressão “famílias matriarcais” para conceder à mulher um conjunto de atribuições que não necessariamente demandadas por elas. Fica implícito que, nos três argumentos, o papel central na casa é o da mulher. Na fala de Tereza aparece a obrigação dela e de suas filhas em cozinhar e da “generosidade” passageira do marido em contribuir nesse âmbito. Por mais que ela queira se colocar com a possuidora da “palavra final”, mesmo não tendo cozinhado para o marido, ela delega a tarefa para a filha a tarefa, contribuindo para a naturalização da submissão feminina na próxima geração, já que cozinhar para o pai hoje é, simbolicamente, cozinhar no futuro para o marido e para filhos. A ideologia sexista está presente, uma vez que dizer que a mulher é o “esteio da família” não suaviza a divisão sexual do trabalho e tampouco a sobrecarga profissional, mesmo sem o reconhecimento do *status* das atividades domésticas como trabalho.

A cozinha como inexorável para a mulher

(19) Eu acho que cozinhar é uma alegria para a mulher... Uma maneira de ela relaxar. Eu acho que para a maioria das mulheres, apesar da obrigação, sempre foi muito prazeroso para todas as mulheres, pelo menos as que estiveram perto de mim... Vejo uma ligação muito forte da cozinha com as mulheres. Ao homem era

dado o direito de fazer o queria, de só chegar em casa e comer. (Judite, 67 anos, dona de casa)

(20) Eu acho que a relação da mulher com a cozinha é essencial. Se você não souber direcionar uma cozinha... Não precisa necessariamente cozinhar, mas você tem que saber se organizar em relação às compras, de limpeza e isso a mulher tem que saber. Agora, foi naturalizada a questão da cozinha com a mulher. Eu acho que nasceram e falaram... A casa é por conta da mulher em todos os sentidos: filho... A liderança da casa na verdade sempre foi da mulher e isso é histórico. Mas as coisas hoje estão mudando porque a mulher trabalha muito e aí está tendo uma divisão de tarefas com o homem. Eu acho as coisas podem ser mais divididas. Se o homem não gosta de cozinhar, ele pode te ajudar com as compras. (Isadora, 54 anos, patroa)

(21) Ah... Mulher cozinha mais naturalmente. O homem fica mais com vergonha... Por pensar que é uma atividade de mulher. Eu brincava de fazer comidinha na minha infância, mas só nós, meninas. Aí eu acho que a ideia de vergonha do homem ainda fica na cabeça da gente... Fomos criados assim desde pequeno vendo as coisas. (Joana, 28 anos, empregada doméstica)

Três novos discursos, mas falas reiteradas. Os fragmentos discursivos (19), (20) e (21) naturalizam o fato de que a mulher possui obrigações domésticas. Judite usa a expressão “apesar da obrigação” como complemento à fala de que “cozinhar é uma alegria para a mulher”, criando uma interdiscursividade entre obrigação inexorável e prazer esperado de cozinhar. Já Isadora, que aparentemente enuncia um discurso mais progressista de que “não precisa necessariamente cozinhar, mas você tem que saber se organizar em relação às compras, de limpeza e isso a mulher tem que saber”, termina reforçando o fragmento discursivo (18). Ao dizer que “a casa é por conta da mulher em todos os sentidos” e “A liderança da casa na verdade sempre foi da mulher e isso é histórico”, Isadora contextualiza o patriarcado, embora silencie sobre os motivos que levaram a esse quadro. A própria Judite esclarece que “ao homem era dado o direito de fazer o que queria”. Joana deixa explícito que para ela a naturalização da mulher na cozinha começa na infância ao dizer que “fomos criados assim desde pequeno”, sugerindo que é plausível pensar que é na infância iniciam-se algumas distinções, sendo as crianças “enquadradas”, oprimidas para se ajustarem à divisão do trabalho por sexo existente, mesmo em suas brincadeiras. Assim, “a mulher cozinha mais naturalmente” ganha sentido no discurso de Joana. O implícito pressuposto do léxico “vergonha”, usado para justificar a ausência dos homens na cozinha, é que cozinhar “diminui”, como também são “menores” (do que os homens) as mulheres, que cozinham.

Emancipação feminina permitida disfarçada de “esclarecimento” masculino

(22) Tem mulher que gosta e tem mulher que não gosta de cozinhar. A minha esposa, por exemplo, ela até faz o que ela gosta bem, mesmo ela gostando de pouca coisa. Mas ela não se aventura muito na cozinha, ela é médica também. Historicamente, a mulher, tinha a vida dela mais dedicada ao lar, né? Então, assim... Ela encarava a casa como um todo e a cozinha fazia parte. Isso tem questões históricas e culturais envolvidas, não tenha dúvida nenhuma. Mas hoje já temos uma quebra disso, com absoluta certeza. A evolução do próprio tempo exigiu que é... Que a casa não fosse dividida. Uma coisa é pra um e a outra é para o outro. Se minha mulher, por exemplo, hoje não trabalhasse, estaríamos morando no Vale do Jatobá ou além dele. Então temos que ter uma casa onde as despesas são divididas e aí pra dividir... Eu não posso passar a cozinha pra ela (risos) e aí se eu passar a cozinha também tem que passar a máquina de lavar roupa, o ferro (risos). (Fernando, 61 anos, patrão)

Fernando, no fragmento discursivo (22) identifica, utilitariamente, a existência de dois grupos de mulheres, além de dizer que percebe uma “evolução do próprio tempo” que fez com que cada vez menos as mulheres não ficassem restritas as atividades domésticas. Ele explicitamente admite que não “passa” a cozinha “a máquina de lavar roupa, o ferro” para a sua esposa, pois ele quer alguém que divida as contas da casa e que lhe permita morar em um bairro de classe alta e não em um bairro de periferia. Ao trabalhar profissionalmente fora, as mulheres refletem a reconfiguração das famílias. Todavia isso também refrata que isso serve aos homens, que percebem como “vantajoso” abrir mão de seus “direitos patriarcais” de tê-las na cozinha, uma lógica perversa de custo-benefício sobre a emancipação feminina que se disfarça de “esclarecimento” masculino. O portador de preconceito está, pois, investido de poder, “habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata” (SAFFIOTI, 2004, p. 123), isto é, em uma sociedade de classes permeadas pela cultura do patriarcado, posicionamentos sexistas como os de Fernando estão, infelizmente, autorizados.

Cozinhar para poder casar

(23) Já escutei muito aquele ditado “já sabe cozinhar, então ta pronta para casar”, mas casamento não está só baseado em cozinha... Você também tem que saber cuidar de uma casa. É uma frase machista, mas olha só... Tem gente que casa sem saber fritar um ovo e ainda é mulher. Tem mulher que gosta e outras que não, mas eu vejo a relação das mulheres com a cozinha como um casamento (risos). Eu tenho mania de falar com as minhas filhas lá em casa, que a cozinha é o coração da casa, a parte que tem que estar mais limpa. Como eles é que ficam em casa eu sempre falo isso. Como eu trabalho fora, eu difícilmente cozinho em casa, até porque tem muita mulher para cozinhar lá (risos), aí fica difícil. Lá em casa somos em seis, sendo quatro mulheres e dois homens. Eles não cozinham. Meu filho não sabe fazer nada, meu marido ainda tenta, mas faz uma bagunça. Tem um dia certo para cada uma arrumar a casa. Elas que arrumam a casa e fazem a comida. (Tereza, 38 anos, empregada doméstica)

(24) Cozinhar não é bem uma obrigação da mulher, porque é um ofício e a gente gosta de fazer. Sabe aquela expressão: “já sabe cozinhar, está pronta pra casar”, eu já ouvi e já falei muito ela (risos) pra mim é um elogio, eu acho legal. (Michelle, 59 anos, empregada doméstica)

(25) Isso aí era sempre. A gente ouvia sempre: “já sabe cozinhar? Então já está preparada”. Ai tinha que fazer uns cursinhos. Tinha umas escolinhas da década de 1950... As moças que casavam iam fazer. Eram cursos dados para as moças “casadoiras” e aí elas aprimoravam as receitas. Com os cursinhos elas iam aprimorando. (Judite, 67 anos, dona de casa)

Os fragmentos discursivos (23), (24) e (25) se referem ao tema “cozinhar para casar”. As três enunciadoras naturalizam a ideia de que saber cozinhar é não apenas compulsório para a mulher, quanto um requisito para que se casem. O implícito pressuposto é que o casamento é uma espécie de “função social” à qual estão destinadas as mulheres, que para isso precisam estar devidamente habilitadas. Saber cozinhar é uma metonímia para estar pronta para se submeter, para cuidar da casa e da família, enfim, para ser mulher. Nesse sentido, Tereza metaforiza que vê “a relação das mulheres com a cozinha como um casamento”, havendo “gente que casa sem saber fritar um ovo e ainda é mulher”. Para ela, cozinhar é constitutivo do que é ser mulher. Por isso suas filhas cozinham e seu filho, não.

Michelle, embora tente desassociar cozinhar de uma obrigação e procurar associar a um ofício, concorda com expressão “já sabe cozinhar, está pronta pra casar”, entendendo-a inclusive “como um elogio”. Assim, ainda que linguisticamente ela procure refletir sobre

cozinhar, isso não esconde a refração da submissão pela qual passou ao longo da sua vida, e o silenciamento dessa situação que levou à naturalização e à assunção do elogio: isto é, como nada há a fazer contra um contexto que a oprime, passou a desproblematizá-lo e a entender a obrigação como elogio. Por fim, Judite relembra que “as moças casadoiras” não só ouviam essa frase, como também se preparavam para as funções por meio de cursos que existiam na década de 1950. Nesses termos, o trabalho, que não era e não é remunerado, assumiria a condição de “ofício” e, para algumas mulheres, de uma condição existencial.

Cozinhar é verbo feminino, nunca masculino

(26) Eu lembro que meus irmãos mais velhos não iam à cozinha nem esquentar água para nós, nem fazer um chá, isso era coisa da mulher. Eu me lembro de escutar minha mãe falando: “vem esquentar comida para seus irmãos”, aí eu falava “mas a comida está aí e o fogão também”, e ela falava: “mas você é a mulher”. Eu cresci ouvindo que cozinha era lugar de mulher. Homem que cozinhava era gay, na opinião das pessoas. (Fernanda, 48 anos, empregada doméstica)

(27) Eu me lembro perfeitamente da minha infância. Meu pai assim... No começo, eu lembro de uma época que eu peguei ele conversando com a minha mãe que eu precisava de um psicólogo, porque eu era realmente uma pessoa diferente do que ele imaginava que o filho dele deveria ser. (Fernando, 61 anos, patrão)

(28) Já escutei muito aquela frase “já sabe cozinhar, está pronta para casar”, hoje eu acho que não precisa mais... Inclusive eu conheço uma senhora que não sabia cozinhar e hoje é uma exímia cozinheira. (Mônica, 69 anos, dona de casa)

(29) Ah ele é bom, né? (risos) Porque quando a gente casa... Muitas vezes a gente vai ter que cozinhar. Eu acho que o ditado está certo. As mulheres têm uma relação boa com a cozinha... A maioria cozinha bem. Antigamente era difícil ter mulher trabalhando, a maioria ficava em casa e os homens é que saíam para trabalhar. (Joana, 28 anos, empregada doméstica)

Fernando e Fernanda discorrem sobre como seus pais os educaram a respeito de cozinhar e as relações disso com masculinidade e feminilidade. Enquanto que para Fernando o pai pensava que ele “precisava de um psicólogo” pelo fato de ele ser homem e frequentar a cozinha, a mãe de Fernanda, ao lhe delegar as atividades da cozinha por ela ser mulher, a justificativa usada a subordina aos seus irmãos, homens. A posição dos pais dos entrevistados, embora em outro tempo, reitera a naturalização dos papéis conforme os sexos e deixa implícita a impossibilidade de transgressão. A ideologia defendida é que a cozinha e suas atribuições são “coisa de mulher”, e se combate a ideia de igualdade entre homens e mulheres, porque aquele não é lugar “de homem”.

Mônica, ao questionar a atualidade do ditado, entra em contradição ao dizer que “hoje não precisa mais” saber cozinhar para casar, pois ela conheceu uma mulher que não sabia e “hoje é uma exímia cozinheira”. Ela não percebe a incoerência em sua fala, pois além de estar atentando apenas para uma competência técnica, ela não percebe que, ao final, sua conhecida terminou por aprender a cozinhar e seguir seu “papel feminino”. Joana também enxerga a discriminação da expressão “já sabe casar, está pronta para casar”. Como outras entrevistadas, ela generaliza a atribuição do trabalho doméstico exclusivamente à mulher, e ainda afirma que “o ditado está certo”, realimentando um ciclo vicioso de subordinação estrutural e simbólica.

Mulher tem de cozinhar porque lhe cabe cuidar

(30) Antigamente até os rapazes perguntavam: “ah, a moça já sabe cozinhar?” Quantas e quantas vezes eu escutei meu pai falando que era obrigação da mulher

estar na cozinha. Meu pai nem ia à cozinha... Pegava seu pratinho e saía. (Alice, 35 anos, dona de casa)

(31) Eu acho que tem sentido aquele ditado: “já sabe cozinhar, está pronta pra casar” (risos) Antigamente cozinhar era uma obrigação da mulher... Ela ficava mais em casa, mas hoje não... As mulheres hoje saem para trabalhar, aí a cozinha fica mais na mão de empregada, por isso que mudou, antigamente a mulher tinha que ficar mais em casa, cuidando da comida. Agora... Tem gente que fala que cozinha é lugar de mulher é... A cozinha lugar da mulher... A cozinha lugar da mulher ((silêncio)) ah... Às vezes, às vezes a gente até fala lá em casa... “Ah saí daqui, cozinha é lugar de mulher” (risos). (Jussara, 51 anos, empregada doméstica)

(32) As minhas tias mesmo falam: “se você não sabe cozinhar, não precisa nem casar”, né? Primeiro tem que cozinhar pra depois casar. Ah... Olha pra você ver... Elas têm uma razão porque se você não souber cozinhar como é que você vai fazer? Aí vamos supor: a mulher não sabe cozinhar, o homem não sabe cozinhar... Além de eles terem um gasto com eles, ainda vão ter um gasto de comprar comida na rua. Eu acho assim... Por mais que esteja ganhando bem, por que tem que comer na rua? A mulher tem sim que aprender a cozinhar, não só ela né? Mas hoje em dia a mulher não fica só na cozinha. Mas tem a marmitta dela e a do marido, né? Então ela acaba tendo que cozinhar. (Bruna, 41 anos, empregada doméstica)

No fragmento discursivo (30), Alice retoma as opiniões de Fernando e Fernanda, existe ali a posição do “pai de família” e a subordinação dos filhos. Esse último grupo de depoimentos reiteram o que foi discutido até aqui, já que as relações sofreram metamorfoses, mas ainda não deixaram de atestar a força do patriarcado. A incorporação das empregadas domésticas e a tendência para um tipo de relação que fugisse da esfera marido-esposa (dona de casa), também esteve presente na fala de Jussara. É pertinente observar como, após fazer uma reflexão sobre a transição da atividade doméstica, ela acaba por reproduzir o sexismo, ao dizer que ela mesma fala em sua casa “ah saí daqui, cozinha é lugar de mulher”. Já Bruna vai além e admite que o ditado popular possui sua razão. No trecho “se você não souber cozinhar como é que você vai fazer”, ela explicita que para ela é uma condição essencial saber cozinhar. Em complemento, nos trechos “vamos supor: a mulher não sabe cozinhar, o homem não sabe cozinhar” e “a mulher tem sim que aprender a cozinhar, não só ela” fica refratado que, antes de mais nada, é responsabilidade da mulher saber cozinhar, para depois ser uma possível exigência ao homem, uma evidente subordinação, pois ela existe para servir ao homem. Ao dizer “tem a marmitta dela e do marido”, Bruna explicita o protagonismo da mulher no cuidar (do homem), e é implícito subentendido a sua subordinação. Nesse sentido, Ribeiro e Hanashiro (2016, p. 122) indicaram que não há como isolar o trabalho assumido pelas mulheres, no contexto do privado, “como se ela não existisse e não contribuísse de forma decisiva para a manutenção do sistema econômico capitalista; também não há como circunscrever o homem somente no domínio da produção e isentá-lo de sua função na esfera doméstica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a permanência do patriarcado nos discursos de mulheres e homens tendo como referência o espaço da cozinha doméstica, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo a partir de entrevistas semiestruturadas com empregadas domésticas, donas de casa, patroas e patrões. Os principais resultados confirmam que o patriarcado está de pé, sendo reproduzido em diversos níveis no contexto da cozinha doméstica. Desde a infância os entrevistados aprendem, pela presença feminina e ausência masculina no espaço da cozinha, que cozinhar é “coisa de mulher”, algo do qual elas não podem fugir e, para se resignar, ressignificam como prazer, como afeto, como cuidar da

família, silenciando sobre sua não-escolha. Enquanto os homens podem escolher, cozinhar é verbo compulsoriamente feminino, associado à obrigação de casar, ratificando o “dom” feminino de servir. Quando interessa aos homens, a possibilidade de a mulher trabalhar fora é aceita desde que signifique a possibilidade de elevação do nível socioeconômico, embora elas mantenham a obrigação de cuidar da casa e da cozinha.

Coube notar que muitos dos fatores que contribuem para a naturalização de que a cozinha doméstica é o lugar da mulher se inicia a partir do momento em que se opta pela manutenção de práticas patriarcais entre as famílias. A naturalização se tornou visível a partir do momento em que as mulheres, empregadas, donas de casa e patroas, passaram a não questionar o papel que lhes foi entregue pela sociedade e consumado pelo contrato sexual. A referência constante às mães dos entrevistados e a descrição dos processos de aprendizagem, fornecem indícios claros de que o processo de socialização distinta dos sexos é algo ainda visível e replicável, mesmo quando se diz que não se opta pelos pressupostos patriarcais. Enquanto algumas mulheres apresentaram algumas ideias progressistas e tentaram se afastar das premissas sexistas, sem grande êxito, os homens lançaram mão de discursos de igualdade, tentando desmistificar um conjunto de relações sociais de sexo que explicitamente lhes favorecem. Todavia, todos eles terminaram por corroborar com o discurso que eles “combatiam” o patriarcado, quando em diversos momentos notou-se o utilitarismo e o oportunismo em ver as mulheres na cozinha. O estudo permitiu concluir que há permanências do patriarcado e suas diretrizes, e isso é alimentado no discurso masculino em diferentes escalas, bem como é naturalizado na fala das mulheres, quando elas legitimam as práticas que as subordinam estrutural e simbolicamente.

Ao considerar o trabalho como momento privilegiado da práxis, uma vez que sintetiza as relações estabelecidas entre a natureza e os homens e destes entre si, cria-se a via por excelência em que se processa o descobrimento da posição real que as ordens históricas capturam na completude dialética da sociedade capitalista e das interações mantidas com o todo social (SAFFIOTI, 2013). Como dito por Hirata e Kergoat (2007) é fundamental questionar os contratos psicológicos e as dimensão da afetividade que vigoram nas relações sociais sexuais de sexo. O patriarcado (ainda) não morreu, e justo por isso precisamos problematizá-lo para enterrá-lo – de uma vez por todas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. Os donos e as donas da cozinha. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 171-201.
- CHIES, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010.
- CORNELSEN, E. L. Análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G.(Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 21-44.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **Pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2006.
- DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

- FARIA, A. A. M. F. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 45-52.
- FARIA, J. H. Análise de discurso em estudos organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 51-71, 2015.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FREITAS, M. E. O sexo do trabalho intelectual. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 203-236.
- GRAF, L. P.; COUTINHO, M. C. Entre aves, carnes e embalagens: divisão sexual e sentidos do trabalho em abatedouro avícola. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 761-783, 2012.
- GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 709-732, 2012.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, v. 4, n. 7. p. 5-27, 1997.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, 2013.
- PATEMAN, C. Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 89, p. 29-40, 2010.
- PATEMAN, C. **The sexual contract**. Cambridge: Polity Press; Stanford University Press, 1988.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- RIBEIRO, L. M. B. B.; HANASHIRO, D. M. M. Gênero e marxismo: a abordagem das relações sociais entre os sexos. In: CARRIERI, A. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: UFBA, 2016. p. 95-127
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.